



I Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza

**Foz do Arelho
16-17 de Outubro 2009**

Relatório Síntese

DIA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA



1º Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza

Foz do Arelho, 16-17 de Outubro 2009

Relatório Síntese

*“Dar voz, às pessoas que não a
têm, em quase nenhuma
circunstância”.*



2009



Pobreza é...	04
Introdução	06
Sessão de Abertura	08
Workshops	
Pobreza envergonhada / novas formas de pobreza	12
Saúde e Pobreza	13
Emprego e Desemprego	15
Rendimento Social de Inserção	16
Lista de Participantes	19
Mensagem da REAPN	22

Pobreza é...



A Pobreza não é mais do que uma interrupção que pode ser muitas vezes duradoura da luta pelos nossos sonhos, por diversos motivos, sejam eles de carácter pessoal, social, político, cultural deixamos de ser os actores principais no teatro da vida, esperando por força interior ou então de uma mãozinha exterior para voltar ao palco principal...

...É uma das maiores “ofensas” à dignidade do ser humano.

Não importa definir pobreza... importa combatê-la.

... A sobrevivência não parte do não ter nada. A sobrevivência não parte do ter tudo. A sobrevivência parte do mínimo necessário.

Pobreza é passar necessidades de muitas coisas.

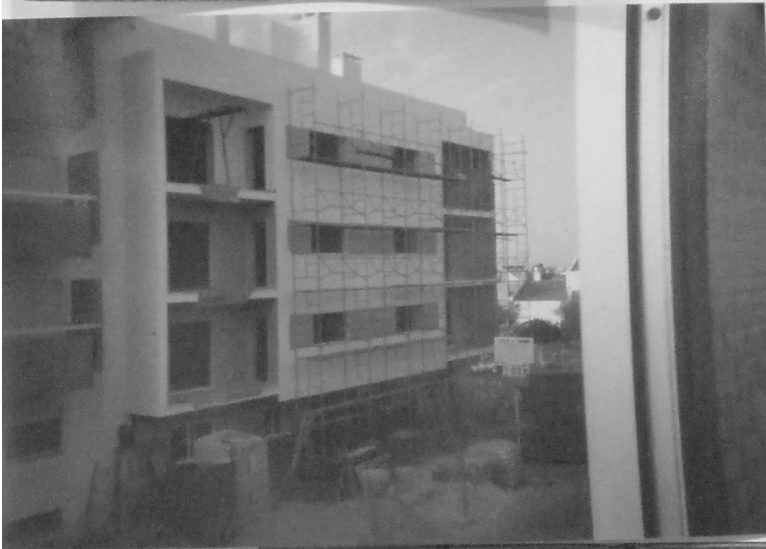
... Para mim ser pobre, de uma forma geral, é não ter nada, é não ter uma casa digna para viver.

Não importa definir pobreza... importa combatê-la.

...É querer uma refeição para dar ao meu filho e não ter; é não ter uma cama onde possa descansar.

... Trabalhei muito e ganhei muito dinheiro, mas não tive cabeça, perdi-me, fui por maus caminhos, a droga, a maldita droga. Este foi o meu erro, porque se não o fosse, hoje era um Senhor...Conheci muitos países e vivi muito. Gostava muita gente de ter vivido o que eu vivi!

... Quando andava à esmola a minha vizinha ajudou-me durante 6 meses. Dava-me pão, carne, peixe, alimentos para cozinhar. Continua a ajudar-me, apesar do RSI.





O estado da arte

A Participação das pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e/ou exclusão social, encontra-se na raiz do pensamento e da filosofia de actuação da REAPN. Trata-se de *“Dar voz às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância”*.

A ideia de promoção da cidadania está intimamente ligada a esta forma de actuação, particularmente entre os grupos sociais mais desfavorecidos. Este tipo de eventos pretende promover a discussão – e a participação – dessas pessoas, de forma a poderem pronunciar-se sobre as medidas de política social que afectam directa ou indirectamente a sua vida quotidiana. Questões centrais como o Rendimento Social de Inserção, medidas que visam a empregabilidade, a formação profissional, o subsídio de desemprego, a habitação social, o acesso à saúde, a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e muitas outras, são preocupações quotidianas destes grupos e das organizações que no “terreno” com eles trabalham.

Este evento encontra as suas origens no próprio espaço europeu, das quais a REAPN faz parte por integrar a European Anti-Poverty Network. Com efeito, desde 2001 que os Encontros Europeus de Pessoas em Situação

de Pobreza são organizados anualmente e constituem um evento fundamental na interlocução sobre as questões da pobreza, entre a Comissão e o Parlamento Europeus, por um lado, e as ONG’s do sector, por outro. A experiência europeia tem permitido desencadear um movimento emergente associativo, partindo do nível local para o europeu: estão a desenvolver-se redes que permitem que o fluxo circule nos dois sentidos – para baixo e para cima. No entanto, estas redes são ainda insuficientes, necessitam de ser reforçadas, no sentido de consolidarem o diálogo que está em curso: as pessoas em situação de pobreza e os responsáveis pela elaboração, concepção e execução das políticas sociais.

Em Portugal, a REAPN tem promovido e desenvolvido este movimento de cidadania, quer a nível distrital – através dos grupos de trabalho de pessoas em situação de pobreza – quer a nível regional – em 2007 e 2008 organizaram-se fóruns regionais com o mesmo tipo de metodologia, ensaiando em 2009 um evento similar mas de âmbito nacional. A organização deste evento, torna-se assim possível, em primeiro lugar, pelo esforço de mobilização das estruturas locais da REAPN na promoção desta filosofia de trabalho e no desenvolvimento de projectos, grupos de trabalho e fóruns



ao nível distrital, que têm como objectivo obter a perspectiva dos cidadãos em situação de pobreza a respeito da sua qualidade de vida, da avaliação das políticas de redução da pobreza e – acima de tudo – permitir que esses mesmos cidadãos analisem as suas situações para que iniciem os seus próprios processos de capacitação. A data da realização deste Encontro está directamente relacionada, com o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (que se assinala a 17 de Outubro¹). Nesta data, a REAPN aposta numa estratégia de visibilidade, procurando desde há anos, desenvolver um conjunto de iniciativas, para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal.

O 17 de Outubro, constitui para a REAPN, uma data importante, porque mobiliza a sociedade civil para um combate que é de todos e salienta a importância da participação nesse combate. Não se trata apenas de marcar um dia internacional, mas uma jornada que tem por missão assinalar algo tão fundamental que se encontra inclusivamente inscrito nos próprios princípios da construção europeia. Mas pretendemos ir mais longe: a participação tem que ser um processo diário, quotidiano, porque a luta contra a pobreza é também um processo quotidiano. Foi neste contexto que surgiu a proposta de realização deste I Fórum Nacional substituindo os Encontros Regionais

do mesmo tipo realizados em anos anteriores.

Sendo esta a primeira vez que a REAPN organiza um Fórum de nível nacional, ficará desde logo uma forte impressão, descrita por inúmeros participantes; a de que a participação em si mesmo é muito importante, porque se deu a oportunidade a pessoas que experienciam de diferentes formas situações de vulnerabilidade social a verbalizar a sua própria condição. Foi possível dizer que esta não é uma fatalidade e que as pessoas que se encontram nestas situações são capazes, não só de se fazerem ouvir, mas também ter um espírito crítico e agir.

O presente documento resulta deste Fórum Nacional e tem como objectivo principal, promover uma reflexão sobre o que pensam as pessoas que mais directamente beneficiam das diversas políticas sociais e promover uma interpelação directa aos responsáveis pela concepção e aplicação de medidas de política social na área da luta contra a pobreza. Por isso mesmo, será disponibilizado às entidades públicas (de nível central e local), às ONG's, bem como à imprensa.

¹ Ver em Anexo Declaração da REAPN elaborada para assinalar o referido dia.



Intervenção de José Avides Moreira, vice-presidente da REAPN no discurso inaugural do Fórum:

Um compromisso com as pessoas ...

Trabalhar na luta contra a pobreza em Portugal não é de todo uma tarefa fácil, é preciso muita perseverança, muita entrega e muitos sacrifícios. Os recursos são escassos e os problemas sociais agudizam-se cada dia. É preciso fazer frente a este problema de forma a conseguir debelá-lo. Não se pode trabalhar nesta área com o sentimento de que se vai fazendo. É preciso fazer, agir, mudar, para que possamos caminhar para um mundo sem pobreza.

O evento que hoje assinalamos precede um ano muito importante para a REAPN. O ano 2010 será o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social e onde se vai ouvir falar muito da pobreza e da exclusão social. Os meios de comunicação social, os decisores políticos, a população em geral vai estar mais alerta, sensível a estas questões e portanto é importante aproveitar esta oportunidade. É preciso garantir que neste próximo ano serão tomadas decisões que comprometam os governos, não só o português, mas todos os governos europeus, na luta contra a pobreza e a exclusão social. Será uma oportunidade a não perder para assegurar que 2010 marcará um novo ciclo, uma nova era em que será valorizada a coesão social e em que se apostam em medidas e políticas que favoreçam aqueles que menos têm.

Da parte da REAPN pode esperar-se um forte empenho que aliás de iniciou com a pressão realizada junto da Comissão Europeia para a escolha do ano 2010 como Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Temos vários projectos em mente; tentamos já há bastante tempo sensibilizar as autoridades públicas nacionais para a importância deste ano e estaremos definitivamente empenhados na concretização de diferentes actividades e projectos junto de vários públicos-alvo: crianças e jovens, a comunidade educativa, os nossos associados, as pessoas em situação de pobreza, etc.

Retomando agora um pouco aquilo que nos traz aqui hoje, para a REAPN, o dia 17 de Outubro simboliza o poder, o envolvimento, a capacidade de partilha. Simboliza o poder daqueles que na sociedade menos têm. Simboliza o envolvimento de todos os actores na luta contra a pobreza e exclusão social que é um dos flagelos das sociedades modernas. Simboliza a capacidade de partilha daqueles que mais têm com aqueles que nada têm.

É por isso um dia carregado de imagens, de sentimentos, de responsabilidades. Recordar o dia 17 de Outubro desde o início da fundação da REAPN em 1991 é recordar muitos momentos, muitas pessoas. E lembrar todos aqueles que ao longo destes anos colaboraram connosco para assinalar este dia.

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza é para nós um acontecimento que



marca a trajectória da intervenção da REAPN. Com o passar dos anos temos tentado cada vez mais chamar a atenção para o protagonismo desta acção por considerarmos que enaltece um trabalho que é desenvolvido por uma vastidão de instituições que diariamente se debatem com dificuldades financeiras para realizar um trabalho em prol dos mais pobres.

A luta contra a pobreza e exclusão social é uma missão de todos os dias de um conjunto imenso de instituições e de pessoas e importa, com a comemoração deste dia, salientar que nunca será demais investir meios humanos e financeiros nesta causa que nós queremos que culmine na sua erradicação.

Consideramos que a erradicação da pobreza e exclusão social passa pelo envolvimento e participação das pessoas em situação de pobreza. É preciso que as pessoas que enfrentam situações difíceis possam ser envolvidas na resolução dos seus próprios problemas e apareçam como o rosto da esperança e da certeza de que é possível ultrapassar essas situações. Não é possível resolver os problemas das pessoas em situação de pobreza e exclusão social senão através da sua participação plena. Os pobres e os excluídos não são meros destinatários das acções; são os seus protagonistas. Se assim não for estaremos a perpetuar situações. Estaremos a criar uma sociedade mais dependente, mais susceptível de não conseguir vencer este flagelo que é a pobreza e a exclusão social.

A pobreza e a exclusão social, embora não constituam fenómenos novos na Europa surgem como uma das grandes desilusões

da sociedade de abundância e do progresso. A prosperidade económica e o desenvolvimento destas sociedades deveria proporcionar o bem-estar crescente da população em geral e não deixar de fora certos grupos sociais. O aumento generalizado do bem-estar não conseguiu que determinadas franjas da população deixassem de viver permanentemente numa situação de dependência face aos serviços sociais. Esta situação é por isso paradoxal, porque põe em risco os direitos fundamentais dos cidadãos.

Assim, o caminho a seguir passa por assumir a luta contra a pobreza e a exclusão como uma luta de todos de forma a atingir uma sociedade mais justa e mais coesa. O fracasso na luta contra a pobreza e a exclusão social é o fracasso da sociedade do desenvolvimento e do crescimento económico, da prosperidade.

As minhas palavras de hoje dirigem-se a um público muito especial, dirigem-se a pessoas que sabem de cor o que é a pobreza, o que é a falta de recursos, o que é acordar num presente muito pouco risonho. Dirigem-se a cidadãos e a cidadãs que estão empenhados em alterar a sua situação, em caminhar por trilhos menos sinuosos e em construir um futuro melhor. São precisas pessoas com esta vontade, com a capacidade de analisar os seus problemas e assumir uma atitude activa na resolução dos mesmos.

Consideramos que é possível erradicar a pobreza se conseguirmos aliar esforços entre aqueles que dinamizam e implementam as políticas sociais tão necessárias e as pessoas que vivem em situação de pobreza. É importante que



todos caminhem no mesmo sentido, que haja uma motivação maior para que não se perpetuem as medidas e as políticas e igualmente a pobreza e a exclusão social. Quanto maior for o envolvimento e a participação das pessoas em situação de pobreza na definição dos seus percursos de vida e na resolução dos seus problemas maior será o sucesso da luta contra a pobreza.

Claro que nós estamos conscientes dos obstáculos e das dificuldades e claro que sabemos que a resolução destes problemas não acontece no curto prazo, mas é preciso proceder a mudanças profundas nas instituições públicas e privadas que trabalham neste domínio.

É preciso mudar o focus da intervenção, é preciso investir nas pessoas e não olhar apenas para os números, os resultados. É preciso fazer uma intervenção qualitativa e proporcionar as condições aos trabalhadores sociais para efectuar um trabalho de proximidade, baseado na confiança mútua, no respeito e na qualidade.

Queria com isto deixar uma mensagem de confiança e de esperança no futuro, acreditar também que é possível fazer melhor, unindo os vários esforços e apostando acima de tudo nas potencialidades das pessoas que neste momento enfrentam situações mais difíceis.

Espero que no próximo ano possamos todos estar aqui com uma mensagem positiva, testemunhando um real progresso no domínio da luta contra a pobreza e identificando novos caminhos que nos levem à construção de um país mais justo e coeso.

Reafirmo assim a nossa confiança no ano 2010 como um ponto de viragem que consiga assinalar progressos na luta contra a pobreza. Queremos que o Ano 2010 seja mais do que um conjunto avulso de iniciativas protagonizadas por entidades públicas e privadas. Queremos que o Ano 2010 seja um ano de compromissos, de resoluções e de decisões. Queremos, portanto, que seja um ano de compromissos com as pessoas.





Metodologia

O I Fórum Nacional de pessoas em situação de pobreza decorreu nos dias 16 e 17 de Outubro de 2009 no Centro de Férias do INATEL, na Foz do Arelho, tendo como destinatários principais beneficiários de medidas de política social. A metodologia utilizada passou pela realização de quatro workshops temáticos com a duração de 3 horas que versaram os seguintes temas:

1. Pobreza Envergonhada /Novas formas de pobreza
2. Saúde e Pobreza
3. Emprego/desemprego
4. Rendimento Social de Inserção

Cada um dos 18 núcleos distritais da REAPN foi responsável pela identificação dos participantes no I Fórum tendo por

base um trabalho prévio que passou pela realização de várias reuniões prévias com o envolvimento dos vários parceiros locais (entidades públicas e privadas) e pelo acompanhamento dos participantes seleccionados. Uma das fases do trabalho prévio consistiu na utilização da metodologia *Photovoice* (metodologia de activação de competências através da fotografia e da voz).

A utilização desta metodologia implicou o desenvolvimento de várias sessões prévias de trabalho com os participantes no Fórum com vista a promover uma reflexão profunda sobre a sua própria situação, partindo do tema escolhido pelo grupo e de uma frase que serviu de mote ao trabalho de campo (fotografias alusivas ao tema).

1. Pobreza Envergonhada / Novas Formas de Pobreza

Frase: O que é ser pobre?

Participantes de Aveiro, Coimbra, Guarda, Lisboa e Faro.

Constatações

O sentimento de viver na pobreza surgiu como intimamente ligado a cinco grandes dimensões da vida: bens essenciais (alimentação, vestuário), equipamentos sociais, saúde, emprego e habitação.

Assim... viver em situação de pobreza e /ou exclusão pode ser:

- Não ter que comer, ou tendo o que comer não poder proporcionar uma alimentação equilibrada à família, sobretudo às crianças e em quantidades adequadas.
- Não possuir fácil acesso a equipamentos sociais de apoio à família. Esta dimensão aparece sobretudo associada à resolução de problemas ligados ao apoio à saúde



mental, a problemas de toxicodependência e alcoolismo, bem como nas estruturas de apoio a crianças e a pessoas com doenças crónicas, neste ultimo caso o problema dos idosos em situação de pobreza foi especialmente focado.

- Não usufruir dos cuidados básicos de saúde.
- Não ter emprego – que nos remete não só para a privação do acesso aos bens essenciais pela ausência dos recursos financeiros provenientes da contrapartida que o emprego fornece, mas também pela ruptura das relações sociais. Evidenciou-se a questão da idade mais avançada e da monoparentalidade como factores que agravam esta situação.
- Não ter uma habitação digna. Sobretudo casas sem água, sem luz, sem espaço e divisões suficientes para toda a família, factores que condicionam a saúde física e psicológica e as próprias relações sociais que se vêm mais reduzidas e frágeis.

Propostas / Recomendações:

- Criação de centros de acolhimento e alimentação para responder a emergências sociais em todo o país, particularmente em zonas mais afectadas pelo desemprego e por outras carências que exigem uma resposta mais rápida e eficaz.
- Aumento do número de centros de apoio à toxicodependência e ao alcoolismo; aumento das respostas na área da saúde mental; maior apoio às famílias carenciadas com doentes crónicos e mobilização de uma bolsa de voluntariado de técnicos de saúde que possam exercer essas funções em escolas, ao domicílio, em bairros sociais, etc.
- Aumentar a recuperação de edifícios degradados por parte das autarquias locais, particularmente nas zonas históricas das cidades e vilas. Alguns desses edifícios poderiam ser recuperados para a criação de equipamentos sociais de apoio à comunidade.
- Prestação de trabalho voluntário por parte de beneficiários do RSI (aqueles que tenham idade adequada e não possuam problemas de saúde).

2. Saúde e Pobreza

Frase: De que forma os problemas de saúde afectam a qualidade de vida das pessoas?

Participantes de Beja, Bragança, Vila Real e Viseu.

Constatações

A ausência de condições de saúde origina dificuldades de acesso a determinadas dimensões (afectos, emprego e quotidiano).

**Afectos:**

- ✓ Pouca vontade de conviver e desfrutar com a família
- ✓ Falta de apoio da própria família
- ✓ “Peso para a família”, “Sombra de si mesmo”, *“Sombra para a sociedade”*
- ✓ Causa de stress, ansiedade, depressão

Emprego:

- Dificuldade em competir no Mercado de trabalho.
- Dificuldade em arranjar empregos respeitadores e compatíveis com as limitações que surgem (ex: doenças crónicas ou prolongadas).
- Dificuldade em demonstrar a incapacidade perante médicas juntas para poder aceder a prestações sociais, o que obriga á procura de emprego (o que conduz às primeiras respostas).
- Preconceitos – “ as pessoas olham para nós mas não vêem o que vai cá dentro”; “tem bom corpo para trabalhar e anda aqui a pedir ajuda”.
- Insensibilidade por parte dos patrões.

Quotidiano:

- Dependência total mesmo para realizar as tarefas básicas, perda de liberdade e autonomia, que podem conduzir à institucionalização.
- Incapacidade de agir e dificuldade de inserção na sociedade.
- Dificuldade de acessos a edifícios (barreiras arquitectónicas).
- Dificuldade de participação e /ou exercício de cidadania.
- Dependência de medicação e de aparelhos.
- Dificuldade de progressão nos estudos.
- Burocracia (a Segurança Social não aceita relatórios de médicos especialistas, mas apenas do médico de família).
- Prestações Sociais de assistência muito baixas.
- Falta de acesso a momentos de lazer, exercício físico, espaços públicos.
- Mau atendimento medico (por recusa de exames de diagnóstico que saíem caros ao Estado).
- Preconceitos por desconhecimento da doença.
- Falta de transporte de doentes, sobretudo no interior do país.

Propostas /Recomendações:



- Necessidade de impulsionar o exercício físico, sobretudo na Terceira idade por iniciativa das autarquias locais.
- Promoção da saúde e prevenção da doença (acções de sensibilização).
- Os serviços de saúde devem ser responsáveis por programas individualizados com os seus utentes.
- Apostar na humanização do pessoal de saúde e em acções de sensibilização junto de médicos de família.
- Em relação ao Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para a Cirurgia (SIGIC) sugere-se que este funcione por adiantamento e não por reembolso, porque há pessoas que não têm capacidade financeira para efectuar o adiantamento.
- É necessário uniformizar as respostas ao nível da terapia da fala em todo o país.
- É necessário conhecer o papel do Alto Comissariado para a Saúde na divulgação de informação sobre direitos e deveres dos utentes do Serviço Nacional de Saúde.
- Necessidade de garantir que o Estado pode ressarcir os utentes por informações mal prestadas, erros médicos que prejudicam a qualidade de vida dos utentes.
- Necessidade de avaliar os gastos feitos com campanhas de sensibilização (Ex. Campanha do vírus H1n1) e a importância de canalizar essas verbas para apoiar os desempregados que deveriam ficar isentos do pagamento das taxas moderadoras.

3. Emprego / Desemprego

Frase: Qual a importância de um emprego?

Participantes de Braga, Castelo Branco, Setúbal e Viana do Castelo.

Constatações

- O emprego permite a satisfação de necessidades a vários níveis: necessidades físicas, segurança, pertença, reconhecimento e realização pessoal.
- Foram identificados dois grupos etários mais afectados pelo desemprego: os jovens que pretendem (re)ingressar no mercado de trabalho e as pessoas com 50 ou mais anos que perderam o emprego.
- Perante as dificuldades económicas do quotidiano, associadas à ausência de um salário e ao baixo valor das prestações sociais, nomeadamente ao valor do RSI, agudiza-se o recurso a estratégias de “sobrevivência”, tais como a agricultura de subsistência (para consume próprio), o trabalho em part-time, trabalho sazonal ou ainda a emigração, etc.
- As pessoas que se encontram desempregadas interiorizam os estereótipos de que são alvo: são vistas como pessoas incapazes, acomodadas e dependentes de subsídios estatais.
- As pessoas que se encontram em situação de desemprego reconhecem a importância de melhorar as suas competências pessoais, comportamentais, relacionais e profissionais como forma de obter um emprego, destacando o acesso à formação profissional.



- Os participantes no workshop revelaram um percurso profissional marcado pela precariedade de emprego, nomeadamente no que concerne aos beneficiários de medidas de emprego protegido, tais como os Contratos Emprego-Inserção e as Empresas de Inserção. Estas medidas não garantem uma efectiva integração no Mercado de trabalho, havendo um desfasamento entre a filosofia inerente às medidas, e a sua real aplicação.
- Ter um emprego inclui direitos sociais que frequentemente são negados (subsídios de férias e de Natal, baixa médica, subsidio de almoço). Os baixos salários são ainda questionados, os empregos desqualificados são árduos e mal remunerados em Portugal. Em Portugal o acesso a um emprego e o respectivo salário protege os trabalhadores do risco de pobreza.
- Falta de oportunidades para os imigrantes, mesmo que estes possuam qualificações acima da média nacional.

Propostas/Recomendações:

- Apelo a um maior apoio por parte das estruturas locais de emprego.
- Os cursos de formação profissional são desadequados ao perfil dos formandos e às necessidades do Mercado de trabalho, fazendo com que os formandos frequentem vários cursos de formação sem que consigam a desejada integração no Mercado de trabalho. Importa avaliar esta questão colocando no centro das preocupações a integração das pessoas no Mercado de trabalho.
- Seria importante que algumas doenças, como por exemplo, a fibromialgia possam ser reconhecidas como incapacitantes para o trabalho, tal como noutros países da União Europeia.
- Seria fundamental garantir estruturas de apoio ao nível domiciliário para o cuidado de doentes com doenças crónicas, assim como garantir uma prestação digna para aqueles que se dedicam à assistência a familiares doentes.

4. Rendimento Social de Inserção

Frase: O que significa para si ser beneficiário(a) do RSI?

Participantes de Évora, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém.

Constatações

- Persiste ainda muita falta de informação sobre a medida do RSI e sobre os Contratos de Inserção.
- Grande parte dos beneficiários de RSI isola-se da sociedade ou por vergonha ou por falta de meios para participar plenamente na vida social.
- Os estereótipos associados aos beneficiários de RSI dificultam a sua plena integração na sociedade.



- Actualmente existem os chamados “novos pobres”, isto é, pessoas que num passado recente tinham uma situação estável e devido ao desemprego se encontram neste momento a necessitar de apoio social.
- A prestação do RSI é uma ajuda para garantir as necessidades básicas, mas não retira ninguém da pobreza. A ajuda de familiares e amigos acaba por ser fundamental para garantir a sobrevivência.

Propostas/Recomendações:

- No que diz respeito aos Contratos de Inserção Social deve ser repensada a estratégia de inserção, procurando garantir um acompanhamento mais eficaz às famílias beneficiárias do RSI. Os contratos de inserção devem ser negociados caso a caso e a solução dos cursos de formação profissional não deve ser a solução generalizada. Devem ser explorados outros percursos e construído um projecto de vida com cada um dos beneficiários, favorecendo a sua progressiva autonomização.
- Relativamente aos estereótipos associados aos beneficiários do RSI importa sensibilizar a opinião pública em geral para esta questão e seria de toda a pertinência aproveitar o ano 2010 – ano europeu de combate à pobreza e exclusão social para encetar uma campanha publicitária com este objectivo.
- Necessidade de uma maior fiscalização na atribuição do RSI, assim como uma monitorização mais próxima do beneficiário.

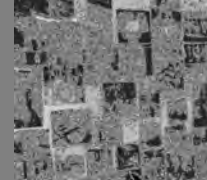
É necessário pensar em novas respostas sociais para os chamados “novos pobres” cujo perfil não encaixa no perfil tradicional dos beneficiários de RSI. Importa que os serviços públicos com responsabilidade neste domínio (acção social, saúde, segurança social, emprego) possam reunir esforços e definir uma estratégia para debelar os problemas que os novos pobres enfrentam.



Lista de Participantes



Distrito	Nome	Workshop
Aveiro	Amândio Boaventura Figueiredo	Novas Formas de Pobreza
	Rui Fernando Santos Alves Costa	Novas Formas de Pobreza
	Ana Paula Simões Moço	Novas Formas de Pobreza
	Andrea Gabriela Gomes Sousa	Novas Formas de Pobreza
Beja	Jorge Manuel Conceição Silva	Saúde e Pobreza
	Diamantino Jesus Cadete	Saúde e Pobreza
	Maria Leoniza Camacho	Saúde e Pobreza
	Maria Catarina Palma Fialho	Saúde e Pobreza
Braga	Íris Carrasquel	(des)Emprego e Pobreza
	Maria José Fernandes	(des)Emprego e Pobreza
	Maria do Rosário da Silva Carvalho	(des)Emprego e Pobreza
	Sónia Bernardo Pereira	(des)Emprego e Pobreza
Bragança	Carla Alexandra Silva Gomes	Saúde e Pobreza
	Ana Cristina Correia dos Santos Falcão	Saúde e Pobreza
	Sónia Resende Machado Neves	Saúde e Pobreza
Castelo Branco	Célia Maria de Almeida Nunes	(des)Emprego e Pobreza
	Luís António dos Santos Dias	(des)Emprego e Pobreza
	Luísa Maria dos Santos	(des)Emprego e Pobreza
	Maria da Trindade Marques dos Reis	(des)Emprego e Pobreza
Coimbra	Natália Anjos Alves Ponte	Novas Formas de Pobreza
	Armando Rodrigues Loureiro	Novas Formas de Pobreza
	Maria de Fátima Duarte Gonçalves Preces	Novas Formas de Pobreza
	Fernanda Fátima Rodrigues Silva	Novas Formas de Pobreza
Évora	Maria Jesus Orvalho Costa	Rendimento Social de Inserção
	Paula Clara Pinheiro Araújo Rosa	Rendimento Social de Inserção
	Bieia Wangna Mbombe	Rendimento Social de Inserção
	Sandro Rafael Figueira Santos	Rendimento Social de Inserção
Faro	Celestina Gomes Monteiro	Novas Formas de Pobreza
	Gisela dos Santos Martins	Novas Formas de Pobreza
	Mariama Fati Monteiro	Novas Formas de Pobreza
	Sónia Elisabete Alfredo Sousa	Novas Formas de Pobreza
Guarda	Márcia Inês Carvalho Jesus Reverendo	Novas Formas de Pobreza
	Maria Lurdes Cristina Pais	Novas Formas de Pobreza
Leiria	Alice da Silva Catarino	Rendimento Social de Inserção
	Maria de Lurdes Ferreira Faustino	Rendimento Social de Inserção
	Bruno Filipe Pinhel Cristóvão	Rendimento Social de Inserção
	Manuel José Valente Ribeiro	Rendimento Social de Inserção



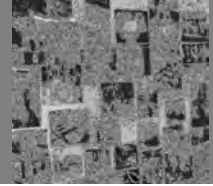
Lisboa	José António de Jesus Coimbra	Novas Formas de Pobreza
	Maria João Maldonado Cardoso das Neves	Novas Formas de Pobreza
	João Higino da Costa	Novas Formas de Pobreza
	Sónia Cristina Simões Cardoso	Novas Formas de Pobreza
Portalegre	Ana Laura Pelúcio	Rendimento Social de Inserção
	Lúcia Maria Pereira Marques	Rendimento Social de Inserção
	Cândida Maria Jesus Dias Lúcio	Rendimento Social de Inserção
Porto	Maria Fernanda Fernandes Rodrigues	Rendimento Social de Inserção
	Hélder Manuel Borges Simões	Rendimento Social de Inserção
	Daniel Maria Horta Nova Carvalho	Rendimento Social de Inserção
	Joaquim Castro Mendes	Rendimento Social de Inserção
Santarém	Maria Rosário de Sousa Abreu Carqueja	Rendimento Social de Inserção
	Maria Conceição Anselmo Cardador	Rendimento Social de Inserção
	José Joaquim Reis Jorge	Rendimento Social de Inserção
	Elvira da Silva Calado d' Oliveira Castelo	Rendimento Social de Inserção
Setúbal	Adélia Conceição Fernandes	(des)Emprego e Pobreza
	Jaime Freitas da Costa Filipe	(des)Emprego e Pobreza
	Orlando Manuel Marcelino Coelho	(des)Emprego e Pobreza
Viana do Castelo	Célia Maria Fernandes Cerqueira	(des)Emprego e Pobreza
	Ana Maria Sá Arantes Moreira	(des)Emprego e Pobreza
	João Carlos Gomes de Sousa	(des)Emprego e Pobreza
	Maria de Fátima Ferreira Rosa	(des)Emprego e Pobreza
Vila Real	Gil Vaz de Carvalho	Saúde e Pobreza
	Almira Lopes de França	Saúde e Pobreza
	Anabela Mesquita Monteiro	Saúde e Pobreza
	Rosa Maria Lopes Almeida	Saúde e Pobreza
Viseu	Ana Isabel Gomes da Silva Lopes	Saúde e Pobreza
	João António Santos de Almeida	Saúde e Pobreza
	João José Ferreira Pina	Saúde e Pobreza



DIA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DE ENQUADRAMENTO

- Em 2007 a **taxa de risco de pobreza** para a população portuguesa era de **18%**. Valor que se mantém estável desde 2005.
- Para o mesmo ano, o **limiar de pobreza** correspondia a **406€ / mês** (4 878€ anuais). O grupo das mulheres, assim como a população mais jovem e as pessoas idosas (+65 anos) apresentam-se como os **grupos mais vulneráveis às situações de pobreza**. Em 2007 a taxa de risco de pobreza para as mulheres foi de 19%; para as pessoas com menos de 17 anos, a taxa foi de 21% e para as pessoas idosas de 26%.
- Em termos de **agregados familiares**, verificou-se, para igual período, uma taxa de risco de pobreza elevada (31%) para as famílias unipessoais (apenas um adulto). Esta situação é mais grave quando esse adulto é uma mulher (33%) ou uma pessoa idosa (34%).
- É de destacar igualmente um aumento da taxa de risco de pobreza em dois pontos percentuais (20%) para os agregados familiares com crianças a cargo. Se estes agregados forem monoparentais, a taxa de risco de pobreza agrava-se para 39% e se estiverem em causa famílias numerosas (2 adultos e 3 ou mais crianças) a percentagem é de 32%.
- Portugal é dos países onde a **desigualdade em matéria da distribuição de rendimento** é bastante significativa. Em 2008 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente **6.1** vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- A **condição perante o trabalho** é um dos indicadores que detém um impacto significativo na taxa de risco de pobreza. Segundo os EU-SILC de 2008, a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de 12%, sofrendo alterações quando estão em causa a população sem emprego residente no país (25%).
- Segundo os dados do INE, a **taxa de desemprego** no 2º trimestre de 2009 foi de **9.1%**. Por comparação com o trimestre anterior, verificou-se um aumento de 0.2 pontos percentuais e relativamente ao período homólogo de 2008, o aumento foi de 1.8 pontos percentuais. Este aumento foi bastante sentido entre as pessoas do sexo masculino; das pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos; com níveis de escolaridade completo (3º ciclo do ensino básico); desempregados à procura de novo emprego e à procura de emprego há menos de um ano.
- A **população empregada** (5 076,2 mil pessoas), por sua vez, sofreu uma diminuição no 2º trimestre de 2009 de 2.9% (151.9 mil pessoas) por comparação com o 2º trimestre de 2008 e de 0.4% relativamente ao trimestre anterior. Este decréscimo foi significativo junto das pessoas do sexo masculino, do sector da indústria, construção, energia e água; dos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores a tempo completo.



A Europa e uma parte considerável do mundo enfrentam actualmente a pior crise financeira, económica, social e política, desde a década de 30 do Século XX. A consequência inevitável, actualmente muito visível e com assustadores impactos, é o aumento da pobreza e da exclusão social.

O actual modelo económico e financeiro, apoiado pela Estratégia Europeia de Lisboa renovada em 2006, agudizou a situação dos pobres, dando prioridade ao “crescimento e emprego”. Em grande medida, a União Europeia deu prioridade à liberalização e à defesa dos mercados não regulados, em vez de investir em estratégias presididas pela coesão social e que promovam a equidade, a justiça social, a redução da pobreza e as desigualdades na União Europeia e no mundo.

A proclamação do Ano 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social constitui para todos nós uma esperança e uma oportunidade para alertar a Europa e o mundo para a injustiça social que significa a pobreza e a exclusão social e para (re)definir caminhos que nos levem à erradicação destes flagelos.

No Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza que hoje se assinala, pensamos que se torna primeiramente fundamental falar de valores. Torna-se imperioso que, para que as políticas possam ser de facto consequentes, as mesmas devam ser enformadas por valores à altura dos problemas que tentam enfrentar. **A decisão de pôr em campo estratégias de combate à pobreza deve assim significar a adesão e a defesa de um conjunto de valores** (acima de todos os interesses, sejam eles pessoais, políticos, partidários ou quaisquer outros).

É importante começar por ver a pobreza como negação de fundamentais padrões de ética e a injustiça que a mesma comporta. Neste sentido, **propomos uma ética humanista**, uma ética que se fundamenta na dignidade da pessoa e que entende que todas **as pessoas têm direitos e deveres, uma dignidade própria que deve ser respeitada e assegurada.**

É urgente encararmos tal tarefa como uma responsabilidade de todos. Temos que reconhecer que todos somos, em abstracto, causa de pobreza e simultaneamente possibilidade de erradicação desse fenómeno. A erradicação deste problema passa pela reorganização das nossas sociedades de tal forma que as pessoas se possam sentir membros de facto e parte activa das mesmas.

Valores que a erradicação da pobreza exige

- 1. A Justiça como fundamento:** a declaração dos direitos humanos, assinada em 1948, está ainda, e lamentavelmente, por concretizar. Importa entender que a cada direito que um homem ou mulher tem acesso (e importa acima de tudo assegurar), corresponde o dever de respeitar o mesmo direito perante os demais cidadãos. Só haverá justiça quando direitos e deveres forem uma constante na vida de todos os homens e mulheres. Devem ser criadas condições para que todos possam exercer os seus direitos e quebrar o ciclo de transmissão inter-geracional da pobreza.
- 2. A Igualdade como regra de convivência:** todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e tal facto faz com que não possa existir qualquer forma de discriminação



entre seres humanos. No entanto, tal afirmação não passa de uma mera declaração tendo em consideração todas as desigualdades a que assistimos e nas quais participamos. A desigualdade compromete qualquer valor ético fundamental e sobretudo quando nos propomos combater e erradicar a pobreza. Assim, é fundamental reafirmar o princípio da igualdade como fundamento ético para a erradicação da pobreza.

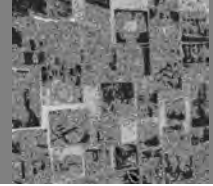
3. **A Partilha como expressão da solidariedade:** não basta afirmar que se é solidário e agir em conformidade apenas quando acontece uma tragédia, uma guerra, uma tempestade ou um incêndio. A partilha deve ser uma atitude permanente (sobretudo e perante os que mais sofrem). A partilha, enquanto expressão de solidariedade, não se deve referir exclusivamente à redistribuição da riqueza material (embora esta seja essencial), mas também a outros bens fundamentais como a palavra, a convivência e os conhecimentos. A participação activa de todos os cidadãos só se poderá consolidar através da partilha destes elementos fundamentais nas relações humanas.
4. **A proximidade como forma de ser humano:** sem encarmos o ser humano como nosso semelhante, independentemente do local e da situação em que se encontra, independentemente de género, cor da pele, religião, dificilmente poderemos perceber o verdadeiro significado da pobreza e da desigualdade que a mesma comporta.

Para uma nova cultura social no sentido de um reformulado bem-comum

Partindo dos valores propostos, a nossa mensagem é que a luta contra a pobreza seja transformada num “bem público”, ou seja, um novo projecto de cidadania. Uma tarefa colectiva contando com a participação de todos, entendendo a erradicação da pobreza como um objectivo prioritário e quotidiano para todos os cidadãos.

Esta nova cultura deverá ter por base:

- **O acesso efectivo aos direitos e dignidade para todos** é fundamental para assegurar que cada homem e cada mulher sejam considerados, de facto, cidadãos e cidadãs de pleno direito. Os direitos sociais são fundamentais – cuidados de saúde, habitação, educação, rendimento adequado – e como tal devem ser garantidos a todos, sem discriminação.
- **Uma economia ao serviço das pessoas e do interesse público.** Os sistemas económicos devem ser capazes de proteger as pessoas da pobreza e da exclusão social e respeitar o primado dos direitos sociais em detrimento da liberdade desregulada dos mercados. Uma redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza deve (re)adquirir um papel central, tanto na concepção das políticas económicas como das sociais.
- **A mobilização de todas as políticas para o objectivo do combate à pobreza.** É tempo de repensar os sistemas e pôr em prática políticas onde a solidariedade, os direitos sociais e o bem comum venham em primeiro lugar. Imaginar uma sociedade livre de pobreza é imaginar uma sociedade diferente, onde todas as políticas – sociais, económicas, emprego, educação, habitação – são mobilizadas de forma a acabar com a pobreza.



- **A mobilização e a participação de todos.** A acção de todos é central para mudar e construir sociedades mais inclusivas. São necessárias formas de democracia mais participativas, a todos os níveis e em todas as políticas. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e /ou exclusão social sejam ouvidas e incluídas.
- **A solidariedade entre as diferentes acções de luta contra a pobreza e a exclusão social no mundo e na Europa.** A dimensão nacional e europeia da luta contra a pobreza e exclusão social não pode estar dissociada dos desafios globais relacionados quer com as mudanças demográficas, a migração, as mudanças climáticas e o trabalho digno.

Para a concretização destas propostas e a posta em marcha de um novo paradigma necessitamos de uma nova acção política para construir uma União Europeia em que possamos confiar:

- Colocando a economia ao serviço do desenvolvimento social e sustentável.
- Reconhecendo a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão social e a defesa dos direitos fundamentais como um desafio prioritário e um pré-requisito para o progresso a nível europeu e mundial.

O ano 2010 representa um momento de excepcional oportunidade para darmos início a esta mudança. Em 2010 temos que ser capazes de avaliar os progressos alcançados com a Estratégia de Lisboa (que em 2000 comprometia os Estados-Membros e respectivos governantes com um conjunto de objectivos que, claramente, estão por alcançar) e propor uma nova estratégia.

Para que tal seja possível apelamos...

1. A uma nova Estratégia Social (pós 2010) que tenha como pré-requisito o progresso no combate à pobreza e às desigualdades; que estabeleça objectivos que dêem prioridade à coesão social e à defesa dos direitos sociais fundamentais com base num equilíbrio entre a dimensão económica, o emprego, o ambiente e a sociedade, que fortaleça o papel da protecção social (pensões e cuidados de saúde continuados) e das estratégias de inclusão social.
2. A um Pacto para o Progresso Social baseado nos direitos e na solidariedade que:
 - Desafie as causas da pobreza reduzindo a desigualdade e obtendo uma distribuição mais justa da riqueza;
 - Garanta um rendimento adequado, sistemas de segurança social universais e acesso a serviços sociais de qualidade;
 - Crie vias para a inclusão: fazendo da abordagem integrada à Inclusão Activa uma realidade;
 - Crie novos empregos para novas necessidades, investindo em empregos sociais/ambientais de qualidade e na economia social;
 - Promova a justiça social e a igualdade.



3. A construção de uma parceria dinâmica para a mudança, através da implementação de uma governação efectiva e participativa, envolvendo as ONG's e as pessoas em situação de pobreza, a todos os níveis e em todas as fases do ciclo das políticas.



REAPN

17 de Outubro 2009